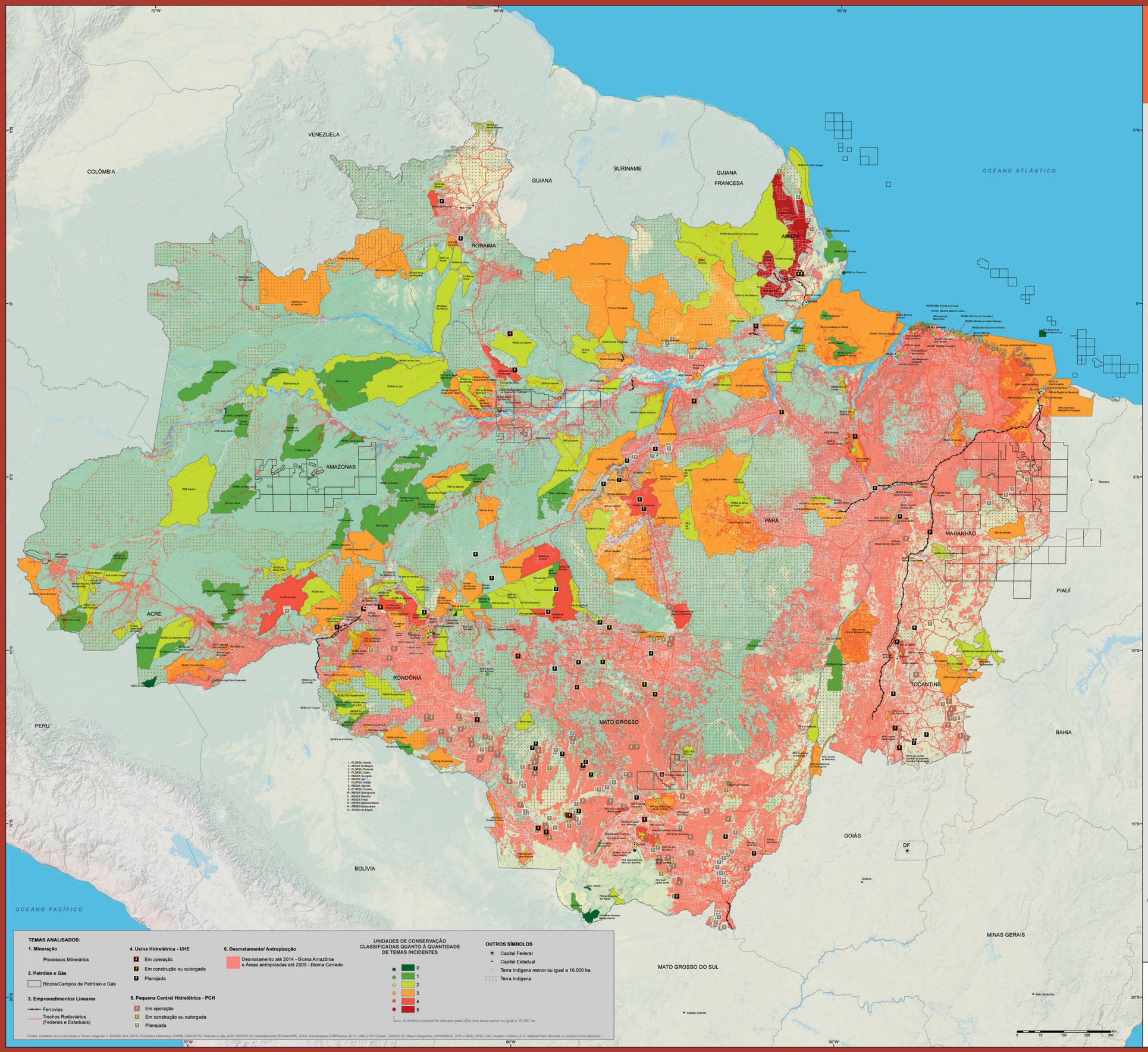
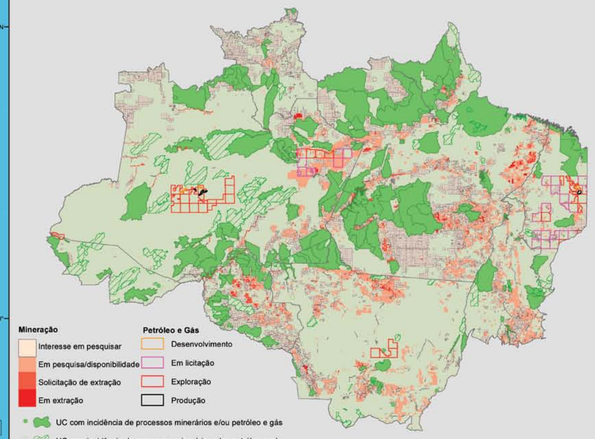
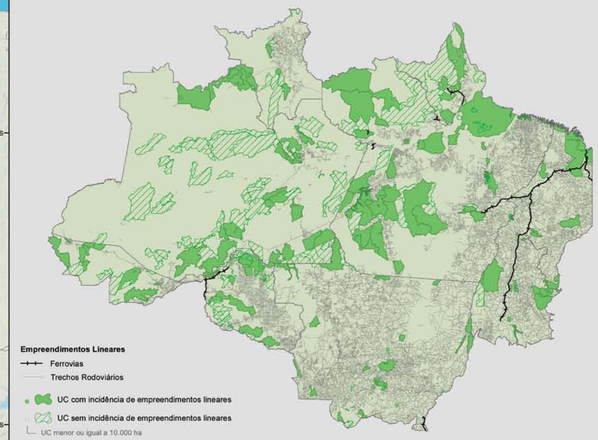
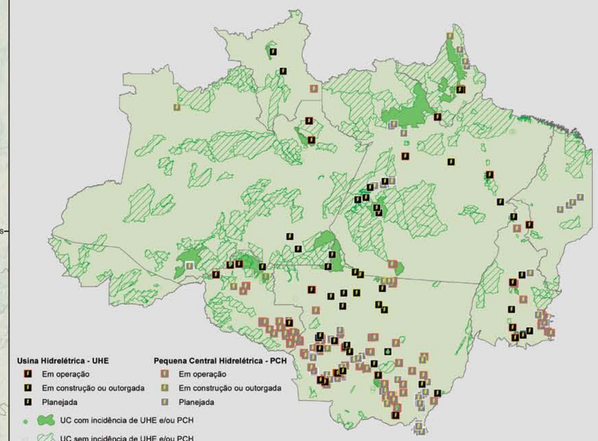
Unidades de Conservação na Amazônia Brasileira Pressões e Ameaças 2015









Realização:
Instituto Socioambiental

Apoio ao Programa Monitoramento de Áreas Protegidas do Instituto Socioambiental:
Embaixada da Noruega
Gordon and Betty Moore Foundation

Mapa elaborado pelo Laboratório de Geoprocessamento em agosto de 2015

Unidades de Conservação na Amazônia Brasileira: Pressões e Ameaças 2015 apresenta uma análise detalhada das atuais pressões e potenciais ameaças em Unidades de Conservação (UCs) na Amazônia Brasileira, decorrentes da exploração de recursos naturais e implantação de obras de infraestrutura.

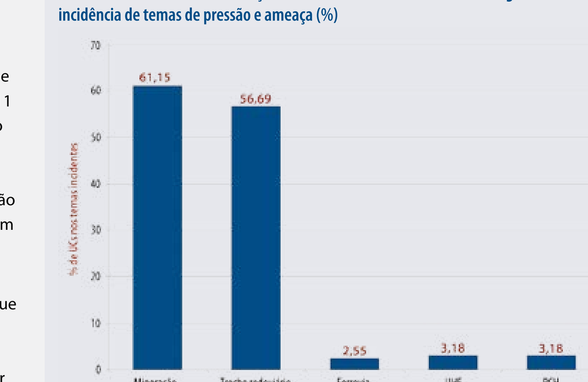
A partir do cruzamento espacial entre as UCs contidas no Sistema de Informação de Áreas Protegidas do ISA[1] e das bases de dados oficiais sobre mineração, petróleo e gás, trechos rodoviários e ferrovias, usinas hidrelétricas e desmatamento e antropização[2], as UCs foram agrupadas em seis classes, conforme número de temas incidentes.

Incidências de um mesmo tema sobre uma UC, como por exemplo múltiplas PCHs, foram contabilizadas apenas uma vez – ou seja, o mapa indica se o tema é incidente ou não na UC. Assim, a classe número 1 indica as UCs em que incide apenas um tema de pressão ou ameaça; a classe número 2, por sua vez, mostra as UCs em que incidem dois temas, e assim sucessivamente. Na Tabela 1 encontra-se o detalhamento de cada uma das incidências, como nome e fase das usinas hidrelétricas (UHE) e pequenas centrais hidrelétricas (PCH); a porcentagem da área UC desmatada (Bioma Amazônia), antropizada (Bioma Cerrado); ou porcentagem da área da UC com processos minerários. O detalhamento dos dados e sua representação cartográfica pode ser vista no site **Unidades de Conservação no Brasil' (http://uc.socioambiental.org/)**, do Instituto Socioambiental (ISA).

Deve-se destacar que não foram consideradas as áreas de influência de cada empreendimento sobre a UC. A metodologia foi adaptada da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG)[3].

Atualmente há na Amazônia Brasileira 23 Usinas Hidrelétricas (UHE) e 99 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) em operação, sendo que, somadas às demais, em construção (ou outorgadas) e planejadas, o total chega a aproximadamente 300 UHEs e PCHs. Onze UHEs e 16 PCHs incidem ou estão planejadas para incidir diretamente sobre alguma UC. Seis das 11 UHEs já encontram-se em operação; as demais cinco são planejadas. As UHEs afetam cinco Áreas de Proteção Ambiental (APAs), duas Florestas Estaduais (FES), uma Floresta Nacional (FLONA) e dois Parques Nacionais (PARNA), sendo que neste último caso, há incidência de três UHEs planejadas. Das 16 PCHs que incidem ou estão planejadas sobre UCs, quatro estão em operação, no interior ou nos limites de três APAs e de uma Reserva Biológica (REBIO). Em relação às PCHs planejadas ou em construção/outorga, elas incidem sobre duas FES, dois Parques Estaduais (PES), duas APAs e duas FLONAS.

Gráfico 1. Unidades de Conservação estaduais e federais na Amazônia Legal brasileira por incidência de temas de pressão e ameaça (%)



Embora a incidência direta sobres UCs possa parecer pouco numerosa, devemos lembrar que os impactos diretos e indiretos acarretados pela implementação de UHEs e PCHs ocorrem ainda que estejam localizadas no entorno das Unidades. Além disso, por vezes há a alteração do limite de UCs para expansão da matriz energética. No ano de 2012, por exemplo, por meio de uma Medida Provisória (MP nº 558/2012) posteriormente convertida em Lei, seis UCs tiveram seus limites alterados com o objetivo de viabilizar a implantação das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio no Rio Madeira e da UHE Tabajara, em Rondônia e do Complexo Tapajós, no Pará (**Saiba mais: http://migre.me/rlnPP, http://migre.me/9F43S, http://migre.me/rlnJd**). Em 2010, no Rio Madeira, em Rondônia, a implementação de UHEs já havia gerado alterações nas UCs locais, inclusive em 13 UCs estaduais, com revogações, alterações de limites e permutas de áreas entre o governo do estado e o governo federal (**Saiba mais: http://migre.me/rloK5**). Ou seja, além da incidência atual ou potencial de 27 UHEs e PCHs em UCs, o impacto do modelo energético nacional sobre as UCs na Amazônia é muito maior.

Em relação à mineração há atualmente incidência de 14.294 processos minerários em 192 das 315 UCs federais e estaduais na Amazônia Brasileira, ou seja, em 61% das UCs (Gráfico 1). Desses processos, 64,5% estão em fase de solicitação de extração, 12,6% em pesquisa ou disponibilidade e 17,9% em interesse em pesquisar. Apenas 5% dos processos incidentes estão em fase de extração.

Em relação aos trechos rodoviários e ferrovias, enquanto essas últimas incidem sobre oito UCs, as primeiras incidem sobre 178. Ou seja, quase 57% das UCs federais e estaduais da Amazônia Brasileira possuem trechos rodoviários em seu interior ou dentro de seus limites. O tema petróleo e gás foi o único que não apresentou incidência direta em nenhuma UC.

Apenas a Floresta Estadual do Amapá, que representa mais de 16% da área do estado do Amapá, está contida na classe 5, na qual há incidência de todos os temas analisados seja em caráter de operação ou extração atual (pressão) ou seja de possibilidade vindoura (ameaça).

Com incidência de 4 temas, a classe 4 é composta por 15 UCs, sendo oito delas APAs. A APA é uma categoria que se configura mais como uma unidade de gestão territorial do que propriamente de conservação e uso limitado dos recursos naturais. Seus domínios podem abarcar todo tipo de atividade, desde indústrias e mineração, até áreas consolidadas de ocupação humana. Apenas em oito UCs não há incidência de nenhum tema monitorado, sendo elas um PARNA, uma REBIO, um Monumento Natural (MONAT), uma Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), um PES e três Estações Ecológicas (ESEC).

Embora a criação de UCs seja considerada uma das estratégias mais eficientes na redução do desmatamento[4], no combate às mudanças climáticas e na promoção da justiça socioambiental para com as comunidades tradicionais, é comum que a política desenvolvimentista delegue à Amazônia um papel de fornecimento de recursos, promovendo sua ocupação e sua integração às redes e fluxos econômicos nacionais. Em geral isso ocorre sem qualquer comprometimento com um novo modelo de desenvolvimento regional justo, que contemple os diferentes modos de vida e apropriação do território.

Alguns dos atributos indispensáveis para a gestão adequada de Unidades de Conservação são: uma equipe local comprometida e dotada das capacidades necessárias para prevenir e mitigar os impactos causados pelas pressões e ameaças existentes; instrumentos de gestão completos e atualizados; e infraestrutura e recursos suficientes para a UC.

Algumas informações sobre a gestão das UCs estaduais e federais da Amazônia Brasileira estão disponibilizadas na Tabela 1, de forma a contribuir para um entendimento mais íntegro da situação de cada uma. As informações sobre a criação, revogação e alteração de limites das UCs, bem como criação de conselhos gestores e aprovação de planos de manejo são monitoradas diariamente pelo Programa Monitoramento de Áreas Protegidas do ISA, e seguem disponibilizados no site já citado. A elas foram acrescidas informações sobre as equipes alocadas nas UCs federais, obtidas junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e sobre a participação das UCs no Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). O ARPA é um programa do Governo Federal, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, que conta com doadores financeiros da cooperação internacional e é gerenciado financeiramente pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade. Com o propósito conservar as florestas tropicais da região amazônica, o programa foi instituído pelo Decreto nº 4.326/2002 e alterado pelo Decreto nº 8.505/2015, e é tido como um dos maiores programas de conservação e uso sustentável de florestas no mundo. As UCs apoiadas pelo programa são beneficiadas com bens, obras e contratação de serviços necessários para a realização de atividades de integração com as comunidades do entorno, formação de conselhos, planos de manejo, levantamentos fundiários, fiscalização e outras ações necessárias ao seu bom funcionamento. O programa foi dividido em três fases. A fase I (2003 a 2010) foi focada principalmente na criação de novas UCs e teve um aporte de US$ 115 milhões. A fase II (2010 a 2015), orçada em US$ 121 milhões; e a fase III, iniciada em 2015 e com prazo de duração de 25 anos, terá por meta consolidar 60 milhões de hectares de Unidades de Conservação no bioma Amazônia[5].

Em 2012, com o propósito de obter um diagnóstico das UCs no bioma Amazônia, o Tribunal de Contas da União (TCU) elaborou uma auditoria operacional para avaliar a governança das UCs, apontando determinações e recomendações. A auditoria classificou somente 4% das UCs avaliadas como '*em alto grau de implementação e de gestão*', necessário ao cumprimento de seus objetivos[6]. Nesta análise geral, as UCs federais obtiveram um resultado mais expressivo do que as UCs estaduais, sendo que, enquanto apenas 1% dessas foram consideradas em alto grau de implementação, 7% das federais atingiram esse critério.

Na auditoria do TCU, alguns dos pontos mais frágeis foram a baixa lotação de servidores em UCs do bioma Amazônia e a inexistência e as dificuldades de implementação dos planos de manejo e acordos de gestão. Além disso, foi significativo o número de UCs que têm plano de manejo aprovado, mas inadequado à realidade da unidade. Desde que foi publicado o relatório dessa auditoria, ou seja, ao longo dos anos de 2013, 2014 e até agosto de 2015, foram aprovados aproximadamente 20 planos de manejo de UCs federais e estaduais da Amazônia Brasileira e criados aproximadamente 30 conselhos gestores (**Veja mais: http://migre.me/rnpT3**).

Ainda de acordo com o TCU, em 2008, enquanto as UCs federais brasileiras contavam com um servidor para cada 430 km², as UCs do bioma Amazônia contavam com um servidor para cada 3.268 km². A título de exemplo, a ESEC Terra do Meio (PA), equivalente a quase seis vezes a área do Distrito Federal, contava com apenas dois servidores para gestão da área. Ela está localizada no arco do desmatamento, região que sofre alta pressão pela exploração ilegal de madeira e grilagem de terra. Não muito distante dali, a Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós-Arapiuns, também no Pará, possuía três servidores para a gestão de um território com mais de 18 mil habitantes distribuídos numa área de 677 mil hectares[6].

Em dezembro de 2014, segundo o ICMBio, havia um total de 361 funcionários alocados nas UCs federais da Amazônia brasileira, sendo 287 da área ambiental, entre cargos técnicos, analistas ou comissionados, e 37 da área administrativa, entre cargos técnicos ou analistas[7]. Na média, isso corresponderia a cerca de 2,6 funcionários para cada uma das 136 UCs federais na Amazônia Brasileira, uma equipe extremamente aquém do necessário. Ainda assim, a alocação desses funcionários não segue um padrão sistemático: enquanto a equipe da FLONA do Tapajós conta com 18 pessoas e a Reserva Biológica do Jaru com 12, 24 outras UCs contam com apenas um funcionário, como por exemplo as Reservas Extrativistas Terra Grande-Pracuúba, Arapixi e Mapuá e o Parque Nacional da Serra da Cutia. Aproximadamente 30 UCs não tiveram a composição de sua equipe informada.

Veja todas essas informações em detalhe na Tabela abaixo.

A AMAZÔNIA BRASILEIRA E AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A Amazônia Legal Brasileira (AMZ) é uma região que abrange os estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Amapá, Mato Grosso, Tocantins e parcialmente o estado do Maranhão. Sua criação, definida pela Lei Federal 5.173/1966, atendeu à política desenvolvimentista da época, principalmente por meio da concessão de incentivos fiscais industriais e políticas de assentamento rural que visavam a ocupação e integração dessa região às redes e fluxos nacionais.

Com uma área de mais de 500 milhões de hectares, a região engloba todo o bioma Amazônico, 37% do bioma Cerrado e 40% do bioma Pantanal, abrangendo uma grande quantidade de ecossistemas e paisagens que apresentam diversidade em termos de estrutura e interações de comunidades, ocorrência e abundância de espécies da flora, fauna, fungos e microbiota. Representando aproximadamente 60% do território brasileiro e cerca de 775 municípios, a Amazônia Legal congrega quase 25 milhões de habitantes, dentre os quais 433.363 indígenas[8] e diversas comunidades extrativistas tradicionais como seringueiros, castanheiros, pescadores artesanais e quebradeiras de coco de babaçu, entre outras.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) foi instituído pela Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, instituindo e estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação (UCs). A UC é uma porção do território nacional (ou das águas jurisdicionais brasileiras) sob regime especial de administração à qual se aplicam garantias de proteção de seus atributos ambientais. Seu principal objetivo é garantir a conservação da biodiversidade, de paisagens naturais e de características relevantes de natureza geomorfológica, espeleológica, arqueológica e paleontológica; a educação e sensibilização ambiental do cidadão e a valorização do conhecimento tradicional.

Atualmente, há 315 UCs na Amazônia Legal, sendo que das 136 federais, 49 são de proteção integral e 87 de uso sustentável. No caso das 179 estaduais, 62 são de proteção integral e 117 de uso sustentável (Tabela 2). Excluídas as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), elas somam 270 UCs, ocupando aproximadamente 99 milhões de hectares, ou 19,89% do território total da Amazônia Legal1. Indiscutivelmente, um valioso patrimônio socioambiental nacional.

Tabela 2. Unidades de Conservação federais na Amazônia Legal por categoria (em 01/09/2015)

Categoria	Quantidade	Área Oficial (ha)	% da Área em Relação à Área Total de Ucs federais	% da Área Oficial em relação à área AM Legal
Proteção Integral				
ESEC	15	7.062.350	11,23	1,41
PARNA	24	21.921.564	34,86	4,37
REBIO	9	3.710.821	5,90	0,74
RESEC	1	109	não significativo	não significativo
Total Proteção Integral (Federal)	49	32.694.844	51,99	6,53
Uso Sustentável				
APA	4	2.453.635	3,90	0,49
ARIE	3	20.864	0,03	não significativo
FLONA	32	15.701.767	24,97	3,13
RDS	1	64.735	0,10	0,01
RESEX	47	11.945.007	18,99	2,38
Total Uso Sustentável (Federal)	87	30.186.008	48,00	6,02
Total Geral (Federal)	136	62.880.852	100	12,56

* Foram consideradas as extensões oficiais citadas nos instrumentos legais de criação ou alteração de área das Unidades de Conservação da Amazônia Legal, não tendo sido descontadas quaisquer sobreposições com áreas protegidas (UCs, TIs, TQs). As áreas marítimas estão contempladas.

Tabela 3. Unidades de Conservação estaduais na Amazônia Legal por categoria(em 01/09/2015)

Categoria	Quantidade	Área Oficial (ha)	% da Área em Relação à Área Total de Ucs estaduais	% da Área Oficial em relação à area AM Legal
Proteção Integral				
ESEC	10	4.640.400	7,47	0,92
MONAT	2	32.410	0,05	não significativo
PES	40	7.013.381	11,30	1,40
REBIO	6	1.261.650	2,03	0,25
RESEC	1	100.000	0,16	0,02
RVS	3	106.367	0,17	0,02
Total Proteção Integral (Estadual)	62	13.154.208	21,19	2,62
Uso Sustentável				
APA	42	21.088.786	33,9	4,21
ARIE	1	25.000	0,04	não significativo
FES	18	13.380.351	21,55	2,67
FLOREX	1	1.055.000	1,7	0,21
FLORSU	10	279.030	0,4	0,05
RDS	19	11.067.038	17,83	2,21
RESEX	26	2.013.064	3,24	0,40
Total Uso Sustentável (Estadual)	117	48.908.269	78,80	9,77
Total Geral (Estadual)	179	62.062.477	100	12,39

* Foram consideradas as extensões oficiais citadas nos instrumentos legais de criação ou alteração de área das Unidades de Conservação da Amazônia Legal, não tendo sido descontadas quaisquer sobreposições com áreas protegidas (UCs, TIs, TQs). As áreas marítimas estão contempladas.

Referências Bibliográficas

1 Instituto Socioambiental, Programa Monitoramento de Áreas Protegidas, Sistema de Informações de áreas protegidas (Sisarp), com base em dados oficiais. Atualizado até 01/09/2015. Veja mais no site especializado: http://uc.socioambiental.org.

2 Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Escala 1:250.000. Instituto Socioambiental, 2015; Títulos minerários. DNPM, 2015. Disponível em: http://sigmine.dnpm.gov.br/webmap/. Acesso em: 28/04/2015; Blocos de Exploração e Campos de Produção de Petróleo e Gás. ANP, 2015. Disponível em: http://www.brasil-rounds.gov.br. Acesso em: 06/07/2015; Desmatamento até 2014. Prodes/Inpe, 2015. Disponível em:http://www.obt.inpe.br/prodes/index.php. Acesso em: 14/08/2015; Antropização no Cerrado. CSR/Ibama, 2011. Disponível em: http://siscom.ibama.gov.br/. Acesso em: 16/06/2011; Usinas Hidrelétricas (UHE) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH). Aneel, 2015. Disponível em: http://sigel.aneel.gov.br/. Acesso em: 13/08/2015.

3 Amazonia bajo pressión/ RAISG – Red Amazónica de Informacíon Socioambiental Georreferenciada. Coordenador geral Beto Ricardo (ISA). São Paulo : Instituto Socioambiental, 2013.

4 Ricketts, T. ; Soares-Filho, B. S. ; Fonseca, G. ; Nepstad, D. C. . "Indigenous Lands, Protected Areas, and Slowing Climate Change." PLoS Biology, v. 8, p. 1-4, 2010.

5 Programa Áreas Protegidas da Amazônia/MMA (ARPA). Agosto/2015. Disponível em http://programaarpa.gov.br/pt/.

6 Tribunal de Contas da União (TCU). GRUPO I – CLASSE V – Plenário. Relatório de Auditoria. TC 034.496/2012-2 [Apensos: TC 012.134/2013-9, TC 013.877/2013-5, TC 012.186/2013-9, TC 012.920/2013-4, TC 012.478/2013-0, TC 012.406/2013-9].

7 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), situação em dezembro/2014 (obtido através do Sistema de Informação ao Cidadão - Protocolo 02680000424201582). A distinção entre os cargos de teor técnico e analista foram suprimidas, optando-se por evidenciar a área 'administrativa' e 'especializada', neste último caso, composta por técnicos e analistas ambientais e comissionados. Não foram consideradas as situações funcionais 'estagiário e 'contrato temporário'. Aproximadamente 30 UCs não tiveram a composição de sua equipe informada.

8 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (IBGE/MPOG). 2010. Censo 2010.

Tabela 1. Unidades de Conservação federais e estaduais da Amazônia Legal brasileira agrupadas conforme as seis classes de temas de pressão e ameaça incidentes. A tabela apresenta ainda o detalhamento sobre as UHEs, PCHs, processos minerários, desmatamento e antropização incidentes; as informações de gestão da UC (conselho gestor, instrumento de gestão e equipe, no caso das UCs federais) e a fase de entrada no Programa ARPA

Classe 5 | Classe 4 | Classe 3 | Classe 2 | Classe 1 | Classe 0

Unidade de Conservação	Esfera	UF	Ano Criação	Área Oficial (ha)	% da Área com Processos Minerários	Desmatamento/ Antropização: % da Área de Floresta Desmatada	Desmatamento/ Antropização: % da UC Antropizada	Empreendimentos Lineares: Trecho Rodoviário	Empreendimentos Lineares: Ferrovia	Usina Hidrelétrica UHE	Pequena Central Hidrelétrica PCH	Tipo conselho Ano criação	Instrumento de gestão Ano aprovação	Equipe Ucs federais**	Entrada no ARPA***
Classe 5															
FES do Amapá	Estadual	AP	2006	2.369.400	61,89	1,01	-	Sim	-	Coaracy Nunes/ em operação	Varador/ planejada Trapiche/ planejada	-	-	s.i.	-
Classe 4															
APA Caverna do Maroaga (Presidente Figueiredo)	Estadual	AM	1990	374.700	40,10	9,97	-	Sim	-	Balbina/ em operação	-	Deliberativo - 2009	-	s.i.	-
APA Lago de Peixe Angical	Estadual	TO	2002	78.874	60,64	-	15,55	Sim	-	Peixe Angical/ em operação	-	-	-	s.i.	-
APA Lago de São Salvador do TO, Paranã e Palmeirópolis	Estadual	TO	2002	14.525	38,48	-	44,47	Sim	-	São Salvador/ em operação	-	Consultivo - 2002	-	s.i.	-
APA Nascentes do Rio Paraguai	Estadual	MT	2006	77.743	26,75	76,00	39,21	Sim	-	-	Alto Paraguai (Pedro Pedrossian)/ em operação	Consultivo - 2014	-	s.i.	-
APA Salto Magessi	Estadual	MT	2002	7.846	0,91	15,08	19,04	Sim	-	Magessi/ planejada	-	Consultivo - 2014	-	s.i.	-
APA Serra do Lajeado	Estadual	TO	1997	121.416	35,19	-	19,48	Sim	-	-	Lageado/ em operação	Consultivo - 1997	-	s.i.	-
APA da Chapada dos Guimarães	Estadual	MT	1995	251.848	20,69	62,00	40,31	Sim	-	-	São Tadeu I/ em operação São Tadeu II/ planejada Aricá-Mirim I/ planejada	Consultivo - 1997	-	s.i.	-
APA do Rio Madeira	Estadual	RO	1991	5.554	52,22	76,23	-	Sim	-	Santo Antônio/ em operação	-	-	-	s.i.	-
FLONA de Roraima	Federal	RR	1989	167.268	14,12	1,22	-	Sim	-	Paredão/ planejada	-	Consultivo - 2011	-	0; 5	-
FLONA do Iquiri	Federal	AM	2008	1.476.073	2,78	0,67	-	Sim	-	-	Cachoeira Caracol/ planejada Cachoeira São José/ planejada Cachoeira do Meio/ planejada Cachoeira Fortaleza/ planejada	Consultivo - 2012	-	0; 1	-
FLOREX Rio Preto-Jacundá	Estadual	RO	1989	1.055.000	13,92	10,72	-	Sim	-	Samuel/ em operação	-	-	-	s.i.	-
PARNA do Jamanxim	Federal	PA	2006	859.722	10,02	1,95	-	Sim	-	Cachoeira dos Patos/ planejada Jamanxim/ planejada	-	-	-	0; 5	Fase II, III
PARNA do Juruena	Federal	AM/MT	2006	1.957.000	7,23	0,57	-	Sim	-	JRN-234b/ planejada	-	Consultivo - 2011	Plano de manejo - 2011	0; 7	Fase I, II e III
PES Dom Osório Stoffel	Estadual	MT	2002	6.422	1,54	27,42	14,12	Sim	-	-	João Basso/ planejada	Consultivo - 2010	-	s.i.	-
REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo	Federal	PA	2005	342.478	31,95	16,55	-	Sim	-	-	Salto Buriti/ em operação	Consultivo - 2009	Plano de manejo - 2009	0; 1	Fase III
Classe 3															
APA Arquipélago do Marajó	Estadual	PA	1989	5.998.570	0,04	4,74	-	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
APA Baixada Maranhense	Estadual	MA	1991	1.775.040	0,24	88,40	0,40	Sim	Sim	-	-	-	-	s.i.	-
APA Foz do Rio Santa Teresa	Estadual	TO	1997	50.784	10,64	-	47,56	Sim	-	-	-	Consultivo - 1997	-	s.i.	-
APA Jalapão	Estadual	TO	2000	461.730	6,18	-	0,44	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
APA Lago de Palmas	Estadual	TO	1999	50.370	82,81	-	64,50	Sim	Sim	-	-	Consultivo - 1999	-	s.i.	-
APA Lago de Santa Isabel	Estadual	TO	2002	18.608	45,31	88,00	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2002	-	s.i.	-
APA Leandro (Ilha do Bananal/Cantão)	Estadual	TO	1997	1.678.000	8,94	30,87	39,59	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2008	-	s.i.	-
APA Margem Direita do Rio Negro	Estadual	AM	1995	461.741	18,67	14,95	-	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
APA Margem Esquerda do Rio Negro	Estadual	AM	1995	611.008	7,77	3,83	-	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
APA Metropolitana de Belém	Estadual	PA	1993	7.500	1,00	58,80	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2008	-	s.i.	-
APA Paytuna	Estadual	PA	2001	58.251	9,58	75,32	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2010	-	s.i.	-
APA Pé da Serra Azul	Estadual	MT	1994	7.980	22,68	-	36,53	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
APA Rio Pardo/ FES Rio Pardo*	Estadual	RO	2010	144.417	7,99	59,20	-	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
APA Triunfo do Xingu	Estadual	PA	2006	1.679.281	45,40	28,08	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2011	-	s.i.	-
APA Upaon-Açu/Miritiba/Alto Preguiças	Estadual	MA	1992	1.535.310	6,45	26,03	6,53	Sim	Sim	-	-	-	-	s.i.	-
APA da Região de Maracanã	Estadual	MA	1991	1.831	11,57	81,65	-	Sim	Sim	-	-	Consultivo - 2014	-	s.i.	-
APA das Cabeceiras do Rio Cuiabá	Estadual	MT	1999	473.411	29,82	88,86	24,91	Sim	-	-	-	Consultivo - 2014	-	s.i.	-
APA das Nascentes de Araguaína	Estadual	TO	1999	15.822	0,54	-	22,66	Sim	-	-	-	Consultivo - 1999	-	s.i.	-
APA das Reentrâncias Maranhenses	Estadual	MA	1991	2.680.910	13,08	68,91	-	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
APA de São Geraldo do Araguaia	Estadual	PA	1996	29.655	47,68	75,27	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2010	-	s.i.	-
APA do Curiaú	Estadual	AP	1998	23.000	0,46	33,33	-	Sim	Sim	-	-	-	-	s.i.	-
APA do Igarapé Gelado	Federal	PA	1989	21.600	99,13	43,94	-	Sim	Sim	-	-	Consultivo - 2014	-	s.i.	-
APA do Lago de Tucuruí	Estadual	PA	2002	568.667	13,14	59,17	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2003	-	s.i.	-
APA do Lago do Amapá	Estadual	AC	2005	5.224	13,93	67,19	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2006	Plano de manejo - 2012	s.i.	-
APA do Rio da Casca	Estadual	MT	1994	39.250	60,06	82,37	76,11	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
APA do Tapajós	Federal	PA	2006	2.039.581	91,48	4,12	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2011	-	s.i.	-
APA dos Meandros do Rio Araguaia	Federal	MT/TO/GO	1998	357.126	1,18	2,92	12,55	Sim	-	-	-	Consultivo - 2007	-	s.i.	-
ARIE Japiim-Pentecoste	Estadual	AC	2009	25.000	0,24	4,41	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2009	Plano de gestão - 2014	s.i.	-
ESEC Serra Geral do Tocantins	Federal	TO/BA	2001	716.306	0,15	-	0,75	Sim	-	-	-	Consultivo - 2012	Plano de manejo - 2014	s.i.	-
ESEC da Terra do Meio	Federal	PA	2005	3.373.110	6,54	1,44	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2012	-	0; 2	Fase I, II e III
ESEC de Caracaraí	Federal	RR	1982	80.560	17,45	2,46	-	Sim	-	-	-	-	-	0; 2	-
ESEC de Samuel	Estadual	RO	1989	71.061	11,53	5,31	-	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	Fase III
ESEC do Grão-Pará	Estadual	PA	2006	4.245.819	12,21	0,03	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2013	Plano de manejo - 2011	s.i.	Fase II, III
ESEC do Rio Roosevelt	Estadual	MT	2007	96.925	9,69	0,75	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2014	-	s.i.	Fase II, III
FES do Paru	Estadual	PA	2006	3.612.914	80,40	0,19	-	-	-	-	Sororoca/ planejada	-	Plano de manejo - 2010	s.i.	-
FES do Trombetas	Estadual	PA	2006	3.172.978	15,95	0,22	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2009	Plano de manejo - 2011	s.i.	-
FLONA de Altamira	Federal	PA	1998	689.012	8,02	3,58	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2009	Plano de manejo - 2012	0; 2	-
FLONA de Balata-Tufari	Federal	AM	2005	1.077.859	0,16	0,53	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2010	-	0; 1	-
FLONA de Carajás	Federal	PA	1998	411.949	99,63	1,79	-	Sim	Sim	-	-	Consultivo - 2004	-	0; 3	-
FLONA de Itacaiúnas	Federal	PA	1998	141.400	99,34	14,70	-	Sim	-	-	-	-	-	0; 1	-
FLONA de Itaituba I	Federal	PA	1998	212.329	42,41	0,31	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2009	Plano de manejo - 2014	0; 2	-
FLONA de Itaituba II	Federal	PA	1998	405.701	79,23	1,88	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2009	Plano de manejo - 2014	0; 2	-
FLONA de Mulata	Federal	PA	2001	212.751	56,15	0,18	-	-	-	-	Precipício/ planejada	Consultivo - 2011	-	0; 1	-
FLONA de Saracá-Taquera	Federal	PA	1989	429.600	59,95	3,90	-	Sim	Sim	-	-	Consultivo - 2002	Plano de manejo - 2002	0; 2	-
FLONA do Amanã	Federal	PA	2006	540.417	52,90	0,80	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2009	Plano de manejo - 2010	0; 5	-
FLONA do Amazonas	Federal	AM	1989	1.573.100	62,88	0,14	-	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
FLONA do Jamanxim	Federal	PA	2006	1.301.120	79,90	11,01	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2009	Plano de manejo - 2011	0; 4	-
FLONA do Jamari	Federal	RO	1984	215.000	96,98	3,53	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2003	Plano de manejo - 2005	1; 4	-
FLONA do Jatuarana	Federal	AM	2002	580.201	7,36	0,22	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2011	-	0; 2	-
FLONA do Tapajós	Federal	PA	1974	582.149	19,75	3,95	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2001	Plano de manejo - 2005	9; 9	-
FLONA do Tapirapé-Aquiri	Federal	PA	1989	190.000	99,41	1,12	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2005	Plano de manejo - 2006	0; 1	-
FLONA do Trairão	Federal	PA	2006	257.482	15,89	1,31	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2009	Plano de manejo - 2011	0; 1	-
FLORSU Cedro	Estadual	RO	1996	2.567	86,25	18,91	-	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
FLORSU Periquito	Estadual	RO	1996	1.163	79,09	74,00	-	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
FLORSU do Rio Madeira (B)	Estadual	RO	1996	51.856	18,59	8,78	-	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
MONAT das Árvores Fossilizadas do Estado do Tocantins	Estadual	TO	2000	32.152	15,09	-	5,20	Sim	-	-	-	Consultivo - 2000	-	s.i.	-
PARNA Mapinguari	Federal	AM/RO	2008	1.744.852	4,87	0,73	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2013	-	0; 4	Fase III
PARNA da Amazônia	Federal	AM/PA	1974	1.070.737	7,61	0,42	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2004	Plano de manejo - 1988	0; 7	Fase III
PARNA da Serra do Divisor	Federal	AC	1989	846.633	1,35	2,09	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2002	-	0; 2	Fase I, II e III
PARNA do Pico da Neblina	Federal	AM	1979	2.200.000	1,12	0,30	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2012	-	1; 2	-
PARNA do Rio Novo	Federal	PA	2006	537.757	4,97	1,70	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2011	-	0; 2	Fase I, II e III
PARNA dos Campos Amazônicos	Federal	AM/RO/MT	2006	961.320	10,35	0,64	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2012	Plano de manejo - 2011	0; 3	Fase I, II e III
PES Águas Quentes	Estadual	MT	1978	1.487	3,33	33,45	10,90	Sim	-	-	-	Consultivo - 2014	Plano de manejo - 2015	s.i.	-
PES Cristalino	Estadual	MT	2001	66.900	0,08	6,75	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2007	Plano de manejo - 2010	s.i.	Fase I, II e III
PES Cristalino II	Estadual	MT	2001	118.000	-	21,30	-	Sim	-	-	Rochedo/ em construção ou outorgado	Consultivo - 2007	Plano de manejo - 2010	s.i.	Fase I, II e III
PES Serra de Santa Bárbara	Estadual	MT	1997	120.092	16,67	18,85	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2014	Plano de manejo - 2002	s.i.	-
PES Serra dos Reis	Estadual	RO	1995	36.442	3,03	4,13	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2002	-	s.i.	Fase III
PES Serra dos Reis A	Estadual	RO	1996	2.244	65,97	59,56	-	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
PES Serra Ricardo Franco	Estadual	MT	1997	158.621	0,06	49,14	-	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	Fase II, III
PES da Serra do Aracá	Estadual	AM	1990	1.818.700	68,39	0,18	-	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
PES de Corumbiara	Estadual	RO	1990	384.055	0,21	6,27	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2010	Plano de manejo - 2010	s.i.	Fase I, II e III
PES de Guajará-Mirim	Estadual	RO	1990	216.568	17,97	7,39	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2002	-	s.i.	Fase I, II e III
PES de Mirador	Estadual	MA	1980	500.000	1,23	-	0,91	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
PES do Bacanga	Estadual	MA	1980	2.634	42,46	32,65	-	Sim	-	-	-	-	Plano de manejo - 2001	s.i.	-
PES do Cantão	Estadual	TO	1998	90.018	0,12	2,92	0,89	Sim	-	-	-	Consultivo - 1998	Plano de manejo - 2005	s.i.	Fase I, II e III
PES do Utinga	Estadual	PA	1993	1.393	2,53	51,78	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2008	Plano de manejo - 2013	s.i.	-
RDS Igapó-Açu	Estadual	AM	2009	397.557	0,01	1,37	-	Sim	-	-	-	-	Plano de gestão - 2014	s.i.	Fase II, III
RDS Puranga Conquista	Estadual	AM	2014	76.936	0,69	4,20	-	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	Fase II, III
RDS do Alcobaça	Estadual	PA	2002	36.128	6,92	30,75	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2003	-	s.i.	-
RDS do Juma	Estadual	AM	2006	589.611	9,13	1,27	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2009	Plano de gestão - 2010	s.i.	Fase II, III
RDS do Rio Negro	Estadual	AM	2008	103.086	4,86	6,31	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2010	-	s.i.	Fase II, III
REBIO Morro dos Seis Lagos	Estadual	AM	1990	36.900	34,68	2,09	-	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
REBIO do Guaporé	Federal	RO	1982	600.000	3,21	0,51	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2013	Plano de manejo - 1984	0; 4	-
REBIO do Gurupi	Federal	MA	1988	341.650	0,48	28,60	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2013	Plano de manejo - 2002	s.i.	Fase II, III
RESEX Angelim	Estadual	RO	1995	8.923	93,37	8,72	-	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
RESEX Aquariquara	Estadual	RO	1995	18.100	16,78	5,75	-	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
RESEX Castanheira	Estadual	RO	1995	10.200	48,43	4,91	-	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
RESEX Chico Mendes	Federal	AC	1990	970.570	0,05	5,18	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2003	Plano de manejo - 2008	0; 9	Fase II, III
RESEX Guariba-Roosevelt	Estadual	MT	1996	164.224	4,07	5,68	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2009	Plano de utilização - 2011	s.i.	Fase II, III
RESEX Jatobá	Estadual	RO	1995	1.135	68,74	32,62	-	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
RESEX Mãe Grande de Curuçá	Federal	PA	2002	37.062	0,01	4,98	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2006	-	0; 1	-
RESEX Maracatiara	Estadual	RO	1995	9.503	4,51	12,05	-	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
RESEX Marinha de Araí-Peroba	Federal	PA	2005	62.035	78,64	13,51	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2007	-	1; 1	-
RESEX Marinha de Gurupi-Piriá	Federal	PA	2005	74.081	2,32	16,52	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2008	-	0; 1	-
RESEX Marinha de Soure	Federal	PA	2001	27.464	0,67	5,98	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2003	-	0; 2	-
RESEX Marinha de Tracuateua	Federal	PA	2005	27.154	9,71	5,00	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2007	-	0; 1	-
RESEX Riozinho do Anfrísio	Federal	PA	2004	736.340	9,91	0,48	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2008	Plano de manejo - 2011	0; 3	Fase I, II e III
RESEX Sucupira	Estadual	RO	1995	3.188	35,45	4,55	-	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
RESEX Verde para Sempre	Federal	PA	2004	1.288.720	3,66	4,01	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2008	-	0; 1	Fase I, II e III
RESEX de Cururupu	Federal	MA	2004	185.046	2,13	28,82	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2011	-	s.i.	Fase II, III
RESEX do Piquiá	Estadual	RO	1995	1.449	56,79	12,89	-	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
RESEX do Rio Cajari	Federal	AP	1990	501.771	14,77	0,95	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2006	-	0; 4	Fase II, III
RESEX do Rio Ouro Preto	Federal	RO	1990	204.583	9,02	9,70	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2006	Plano de manejo - 2014	0; 2	Fase II, III
RVS Quelônios do Araguaia	Estadual	MT	2001	60.000	0,50	4,43	17,82	Sim	-	-	-	Consultivo - 2014	-	s.i.	-
Classe 2															
APA Baixo Rio Branco	Estadual	RR	2006	1.207.650	0,33	0,17	-	-	-	-	-	Consultivo - 2009	-	s.i.	-
APA Guajuma	Estadual	AM	1989	28.370	99,73	33,97	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
APA Lagoa da Jansen	Estadual	MA	1988	196	-	100,00	-	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
APA Santa Rosa	Estadual	MT	2013	313.467	9,26	0,44	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
APA Serra da Tabatinga	Federal	TO	1990	35.328	-	-	69,19	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
APA da Fazendinha	Estadual	AP	2004	137	-	1,68	-	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
APA de Nhamundá	Estadual	AM	1990	195.900	43,19	75,68	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
APA do Igarapé São Francisco	Estadual	AC	2005	30.000	-	69,24	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2009	-	s.i.	-
APA do Itapiracó	Estadual	MA	1997	322	-	57,60	-	Sim	-	-	-	-	Plano de manejo - 2006	s.i.	-
ARIE Proj. Dinâmica B. de Fragmentos Florestais	Federal	AM	1985	3.288	-	21,13	-	Sim	-	-	-	-	-	0; 1	-
ESEC Águas do Cuiabá	Estadual	MT	2002	11.328	-	-	1,42	Sim	-	-	-	Consultivo - 2014	-	s.i.	-
ESEC Niquiá	Federal	RR	1985	286.600	1,28	0,04	-	-	-	-	-	Consultivo - 2010	-	0; 3	Fase II, III
ESEC Rio Ronuro	Estadual	MT	1998	102.000	-	3,55	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2010	-	s.i.	Fase I, II e III
ESEC Serra dos Três Irmãos	Estadual	RO	1990	87.412	0,52	0,04	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	Fase I, II e III
ESEC de Cuniã	Federal	AM/RO	2001	189.661	15,29	0,69	-	-	-	-	-	Consultivo - 2006	-	2; 2	-
ESEC de Iquê	Federal	MT	1981	200.000	-	1,70	0,84	Sim	-	-	-	Consultivo - 2011	-	s.i.	-
ESEC de Maracá	Federal	RR	1981	101.312	0,02	2,72	-	-	-	-	-	Consultivo - 2009	Plano de manejo - 2015	0; 4	Fase I, II e III
ESEC do Jari	Federal	AP/PA	1982	227.126	79,54	0,30	-	-	-	-	-	Consultivo - 2014	-	1; 1	Fase II, III
ESEC do Rio da Casca	Estadual	MT	1994	3.534	-	-	37,90	Sim	-	-	-	Consultivo - 2014	-	s.i.	-
ESEC do Sítio Rangedor	Estadual	MA	2005	121	-	73,80	-	Sim	-	-	-	-	Plano de manejo - 2006	s.i.	-
FES de Faro	Estadual	PA	2006	635.936	14,51	0,29	-	-	-	-	-	Consultivo - 2010	Plano de manejo - 2011	s.i.	-
FES de Manicoré	Estadual	AM	2005	83.381	26,99	0,07	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
FES de Maués	Estadual	AM	2003	438.440	71,19	3,05	-	-	-	-	-	Consultivo - 2010	Plano de gestão - 2012	s.i.	-
FES do Apuí	Estadual	AM	2005	185.946	31,59	0,08	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
FES do Aripuanã	Estadual	AM	2005	336.040	4,57	0,05	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
FES do Iriri	Estadual	PA	2006	440.493	21,50	0,85	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
FES do Mogno	Estadual	AC	2004	143.897	-	2,51	-	Sim	-	-	-	-	Plano de manejo - 2008	s.i.	-
FES do Rio Gregório	Estadual	AC	2004	216.062	-	2,08	-	Sim	-	-	-	-	Plano de manejo - 2008	s.i.	-
FES do Rio Liberdade	Estadual	AC	2004	126.360	-	3,21	-	Sim	-	-	-	-	Plano de manejo - 2008	s.i.	-
FES do Rio Urubu	Estadual	AM	2003	27.342	27,40	0,01	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
FES do Sucunduri	Estadual	AM	2005	492.905	16,87	0,01	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
FLONA Caxiuanã	Federal	PA	1961	200.000	-	0,54	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2009	Plano de manejo - 2013	0; 4	-
FLONA de Anauá	Federal	RR	2005	259.550	-	0,01	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2006	-	0; 3	-
FLONA de Humaitá	Federal	AM	1998	468.790	0,40	0,15	-	-	-	-	-	Consultivo - 2010	-	0; 2	-
FLONA de Jacundá	Federal	RO	2004	220.644	5,07	1,56	-	-	-	-	-	Consultivo - 2004	Plano de manejo - 2011	0; 2	-
FLONA de Pau-Rosa	Federal	AM	2001	827.877	18,64	0,44	-	-	-	-	-	Consultivo - 2012	-	0; 4	-
FLONA de Santa Rosa do Purus	Federal	AC	2001	230.257	0,01	1,49	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
FLONA do Amapá	Federal	AP	1989	412.000	45,29	0,17	-	-	-	-	-	Consultivo - 2008	Plano de manejo - 2014	0; 2	-
FLONA do Bom Futuro	Federal	RO	1988	97.357	19,56	14,04	-	-	-	-	-	Consultivo - 2014	-	0; 3	-
FLONA do Crepori	Federal	PA	2006	739.806	62,12	0,39	-	-	-	-	-	Consultivo - 2009	Plano de manejo - 2010	0; 4	-
FLORSU Araras	Estadual	RO	1996	965	50,25	70,12	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
FLORSU Gavião	Estadual	RO	1996	440	-	46,58	-	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
FLORSU Mutum	Estadual	RO	1996	11.471	98,76	60,84	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
FLORSU do Rio Machado	Estadual	RO	1990	175.781	-	0,70	-	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
FLORSU do Rio Vermelho (C)	Estadual	RO	1990	4.127	5,68	29,47	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
PARNA Montanhas do Tumucumaque	Federal	AP	2002	3.867.000	0,93	0,11	-	-	-	-	-	Consultivo - 2002	Plano de manejo - 2010	0; 3	Fase I, II e III
PARNA Pacaás Novos	Federal	RO	1979	764.801	-	0,17	-	Sim	-	-	-	-	Plano de manejo - 2009	2; 0	-
PARNA Serra da Cutia	Federal	RO	2001	283.612	9,76	0,12	-	-	-	-	-	Consultivo - 2007	Plano de manejo - 2008	0; 1	Fase I, II e III
PARNA Serra da Mocidade	Federal	RR	1998	350.960	4,99	0,01	-	-	-	-	-	Consultivo - 2010	-	0; 5	Fase II, III
PARNA da Chapada das Mesas	Federal	MA	2005	160.046	-	-	1,28	Sim	-	-	-	Consultivo - 2012	-	s.i.	-
PARNA da Chapada dos Guimarães	Federal	MT	1989	33.000	-	56,51	14,25	Sim	-	-	-	Consultivo - 2008	Plano de manejo - 2009	s.i.	-
PARNA da Serra do Pardo	Federal	PA	2005	445.392	14,80	6,62	-	-	-	-	-	Consultivo - 2012	-	0; 3	Fase I, II e III
PARNA das Nascentes do Rio Parnaíba	Federal	MA/TO/PI/BA	2002	749.848	-	-	0,17	Sim	-	-	-	Consultivo - 2014	-	s.i.	-
PARNA de Anavilhanas	Federal	AM	1981	350.018	0,08	0,99	-	-	-	-	-	Consultivo - 2006	Plano de manejo - 2002	3; 4	Fase I, II e III
PARNA do Cabo Orange	Federal	AP	1980	619.000	-	0,67	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2006	Plano de manejo - 2011	0; 3	Fase I, II e III
PARNA do Jaú	Federal	AM	1980	2.272.000	0,01	0,17	-	-	-	-	-	Consultivo - 2008	Plano de manejo - 2002	1; 4	Fase I, II e III
PARNA do Monte Roraima	Federal	RR	1989	116.000	47,34	0,18	-	-	-	-	-	Consultivo - 2012	Plano de manejo - 2000	0; 3	-
PARNA do Viruá	Federal	RR	1998	227.011	1,80	0,02	-	-	-	-	-	Consultivo - 2012	Plano de manejo - 2014	0; 5	Fase I, II e III
PES Encontro das Águas	Estadual	MT	2004	108.960	-	2,76	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2014	-	s.i.	-
PES Gruta da Lagoa Azul	Estadual	MT	1999	12.513	-	-	14,79	Sim	-	-	-	Consultivo - 2014	Plano espeleológico - 2014	s.i.	-
PES Igarapés do Juruena	Estadual	MT	2002	227.817	0,01	1,02	-	-	-	-	-	Consultivo - 2007	-	s.i.	Fase I, II e III
PES Mãe Bonifácia	Estadual	MT	2001	77	-	-	100	Sim	-	-	-	Consultivo - 2011	Plano de manejo - 2015	s.i.	-
PES Massairo Okamura	Estadual	MT	2000	51	-	-	100	Sim	-	-	-	Consultivo - 2014	-	s.i.	-
PES Monte Alegre	Estadual	PA	2001	3.678	-	45,23	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2010	Plano de manejo - 2010	s.i.	-
PES Serra dos Martírios/Andorinhas	Estadual	PA	1996	24.897	65,01	65,33	-	-	-	-	-	Consultivo - 2010	Plano de manejo - 2006	s.i.	Fase II, III
PES Tucumã	Estadual	MT	2002	80.945	-	0,73	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2014	-	s.i.	-
PES da José Inácio da Silva (Zé Bolo Flô)	Estadual	MT	2000	66	-	-	100	Sim	-	-	-	Consultivo - 2014	Plano de manejo - 2012	s.i.	-
PES do Araguaia	Estadual	MT	2001	223.170	-	8,06	1,14	Sim	-	-	-	Consultivo - 2010	-	s.i.	-
PES do Guariba	Estadual	AM	2005	72.296	1,99	0,02	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	Fase I, II e III
PES do Jalapão	Estadual	TO	2001	158.885	-	-	0,19	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2001	Plano de manejo - 2005	s.i.	-
PES do Lajeado	Estadual	TO	2001	9.931	-	-	9,45	Sim	-	-	-	-	Plano de manejo - 2005	s.i.	-
PES do Matupiri	Estadual	AM	2009	513.747	-	0,09	-	Sim	-	-	-	-	Plano de gestão - 2014	s.i.	Fase II, III
PES do Rio Negro Setor Sul	Estadual	AM	1995	86.601	1,22	0,26	-	-	-	-	-	Consultivo - 2010	-	s.i.	Fase II, III
PES do Sucunduri	Estadual	AM	2005	808.312	8,23	0,05	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	Fase I, II e III
RDS Aripuanã	Estadual	AM	2005	224.291	3,91	0,06	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	Fase I, II e III
RDS Canumã	Estadual	AM	2005	22.355	88,34	13,25	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
RDS Cujubim	Estadual	AM	2003	2.450.380	0,02	0,09	-	-	-	-	-	Deliberativo - 2008	Plano de gestão - 2009	s.i.	Fase II, III
RDS Mamirauá	Estadual	AM	1990	1.124.000	0,81	0,02	-	-	-	-	-	Deliberativo - 2010	-	s.i.	Fase III
RDS do Pucuruí-Ararão	Estadual	PA	2002	29.049	5,41	25,68	-	-	-	-	-	Deliberativo - 2003	-	s.i.	-
RDS do Rio Amapá	Estadual	AM	2005	216.109	-	0,35	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2007	Plano de gestão - 2010	s.i.	Fase I, II e III
RDS do Rio Iratapuru	Estadual	AP	1997	806.184	64,29	0,16	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	Fase II, III
RDS do Uatumã	Estadual	AM	2004	424.430	6,33	1,70	-	-	-	-	-	Deliberativo - 2009	Plano de gestão - 2010	s.i.	Fase II, III
REBIO Maicuru	Estadual	PA	2006	1.151.761	63,50	0,49	-	-	-	-	-	Consultivo - 2013	Plano de manejo - 2011	s.i.	Fase II, III
REBIO do Jaru	Federal	RO	1961	353.335	9,80	2,85	-	-	-	-	-	Consultivo - 2006	Plano de manejo - 2010	5; 7	Fase I, II e III
REBIO do Rio Ouro Preto	Estadual	RO	1990	46.438	24,82	0,01	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
REBIO do Rio Trombetas	Federal	PA	1979	385.000	0,91	0,50	-	-	-	-	-	Consultivo - 2006	Plano de manejo - 2004	1; 4	Fase I, II e III
REBIO do Tapirapé	Federal	PA	1989	103.000	17,87	0,74	-	-	-	-	-	Consultivo - 2008	Plano de manejo - 2010	0; 3	Fase I, II e III
REBIO do Uatumã	Federal	AM	1990	940.358	5,41	0,02	-	-	-	-	-	Consultivo - 2008	Plano de manejo - 2002	0; 5	Fase I, II e III
RESEC Sauim-Castanheiras	Federal	AM	1982	109	-	100,00	-	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
RESEX Arióca Pruanã	Federal	PA	2005	83.445	-	11,59	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2012	-	0; 2	Fase I, II e III
RESEX Chocoaré - Mato Grosso	Federal	PA	2002	2.786	-	4,15	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2007	-	0; 1	-
RESEX Curralinho	Estadual	RO	1995	1.758	2,39	4,42	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
RESEX Freijó	Estadual	RO	1995	600	90,38	16,15	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
RESEX Garrote	Estadual	RO	1995	803	55,91	3,03	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
RESEX Gurupá-Melgaço	Federal	PA	2006	145.298	-	1,71	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2011	-	0; 1	-
RESEX Ipaú-Anilzinho	Federal	PA	2005	55.816	-	42,43	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2010	-	0; 1	Fase I, II e III
RESEX Ipê	Estadual	RO	1995	815	100,00	18,06	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
RESEX Ituxi	Federal	AM	2008	776.940	3,09	0,22	-	-	-	-	-	Deliberativo - 2010	-	0; 1	Fase I, II e III
RESEX Jaci Paraná	Estadual	RO	1996	197.364	0,19	31,88	-	-	-	-	-	Deliberativo - 2001	-	s.i.	-
RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu	Federal	PA	2005	42.069	-	10,78	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2007	Plano de manejo - 2013	0; 3	-
RESEX Marinha do Maracanã	Federal	PA	2002	30.019	-	3,30	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2009	-	0; 3	Fase I, II e III
RESEX Médio Purus	Federal	AM	2008	604.209	0,08	0,77	-	-	-	-	-	Deliberativo - 2010	Plano de utilização - 2012	s.i.	Fase I, II e III
RESEX Renascer	Federal	PA	2009	211.741	-	8,27	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2013	-	0; 1	Fase I, II e III
RESEX Rio Iriri	Federal	PA	2006	398.938	9,81	2,01	-	-	-	-	-	Deliberativo - 2008	Plano de gestão - 2011	0; 2	Fase I, II e III
RESEX Rio Preto-Jacundá	Estadual	RO	1996	95.300	1,40	1,92	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	Fase II, III
RESEX Rio Unini	Federal	AM	2006	833.352	0,78	0,14	-	-	-	-	-	Deliberativo - 2009	Plano de manejo - 2014	0; 3	Fase I, II e III
RESEX Rio Xingu	Federal	PA	2008	303.841	25,96	1,36	-	-	-	-	-	Deliberativo - 2010	Plano de manejo - 2012	0; 3	Fase I, II e III
RESEX Riozinho da Liberdade	Federal	AC	2005	325.603	-	1,63	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2012	-	0; 3	Fase I, II e III
RESEX Roxinho	Estadual	RO	1995	882	47,58	10,15	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
RESEX Seringueira	Estadual	RO	1995	537	-	9,26	-	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
RESEX Tapajós-Arapiuns	Federal	PA	1998	647.611	1,47	7,80	-	-	-	-	-	Deliberativo - 2004	Plano de manejo - 2014	1; 3	Fase III
RESEX da Mata Grande	Federal	MA	1992	10.450	-	91,09	75,36	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2012	-	s.i.	-
RESEX de São João da Ponta	Federal	PA	2002	3.203	-	5,61	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2007	-	0; 3	-
RESEX do Alto Tarauacá	Federal	AC	2000	151.200	-	2,68	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2010	-	0; 1	Fase I, II e III
RESEX do Cazumbá-Iracema	Federal	AC	2002	750.795	-	1,09	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2006	Plano de manejo - 2008	0; 1	Fase I, II e III
RESEX do Ciriaco	Federal	MA	1992	8.084	-	73,51	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2004	-	0; 2	-
RESEX do Extremo Norte do Tocantins	Federal	TO	1992	9.280	-	99,95	59,01	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2011	-	s.i.	-
RESEX do Itaúba	Estadual	RO	1995	1.758	53,34	4,06	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
RESEX do Lago do Cuniã	Federal	RO	1999	55.850	3,48	1,86	-	-	-	-	-	Deliberativo - 2006	Plano de utilização - 2002	2; 3	-
RESEX do Mogno	Estadual	RO	1995	2.450	58,26	3,43	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
RESEX do Quilombo Frechal	Federal	MA	1992	9.542	-	100,00	-	Sim	-	-	-	Deliberativo - 2011	Plano de utilização - 1996	s.i.	-
RESEX do Rio Cautário	Federal	RO	2001	73.818	9,10	1,56	-	-	-	-	-	Deliberativo - 2009	-	0; 2	Fase I, II e III
RESEX do Rio Pacaás Novos	Estadual	RO	1995	342.904	2,50	0,59	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
RVS Corixão da Mata Azul	Estadual	MT	2001	40.000	-	3,08	8,49	Sim	-	-	-	Consultivo - 2014	-	s.i.	-
RVS Metrópole da Amazônia	Estadual	PA	2010	6.367	-	18,94	-	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
Classe 1															
APA Algodoal-Maiandeua	Estadual	PA	1990	2.378	-	6,17	-	-	-	-	-	Deliberativo - 2006	-	s.i.	-
APA da Ilha do Combu	Estadual	PA	1997	1.500	-	0,25	-	-	-	-	-	Deliberativo - 2008	-	s.i.	-
ARIE Seringal Nova Esperança	Federal	AC	1999	2.576	-	42,84	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
ESEC Alto Maués	Federal	AM	2014	668.160	38,70	0,04	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	Fase III
ESEC Juami-Japurá	Federal	AM	2001	745.830	-	0,01	-	-	-	-	-	Consultivo - 2009	Plano de manejo - 2002	2; 2	Fase I, II e III
ESEC Serra das Araras	Federal	MT	1982	28.700	-	1,07	2,97	-	-	-	-	Consultivo - 2011	-	2; 0	-
ESEC de Jutaí-Solimões	Federal	AM	1983	284.285	-	0,37	-	-	-	-	-	Consultivo - 2011	-	0; 2	-
ESEC de Maracá-Jipioca	Federal	AP	1981	72.000	-	7,75	-	-	-	-	-	Consultivo - 2003	-	0; 1	Fase II, III
ESEC do Rio Flor do Prado	Estadual	MT	2003	8.517	-	-	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2014	-	s.i.	-
FES Canutama	Estadual	AM	2009	150.588	-	0,18	-	-	-	-	-	-	Plano de gestão - 2014	s.i.	-
FES Tapauá	Estadual	AM	2009	881.704	-	0,23	-	-	-	-	-	-	Plano de gestão - 2014	s.i.	-
FES do Antimary	Estadual	AC	1997	65.965	-	17,82	-	-	-	-	-	-	Plano de uso múltiplo - 2008	s.i.	-
FLONA Mapiá-Inauini	Federal	AM	1989	311.000	-	0,14	-	-	-	-	-	Consultivo - 2010	Plano de manejo - 2009	0; 2	-
FLONA de São Francisco	Federal	AC	2001	21.600	-	0,58	-	-	-	-	-	Consultivo - 2002	-	s.i.	-
FLONA de Tefé	Federal	AM	1989	1.020.000	-	1,37	-	-	-	-	-	Consultivo - 2011	-	1; 5	-
FLONA do Macauã	Federal	AC	1988	173.475	-	0,14	-	-	-	-	-	Consultivo - 2002	-	0; 2	-
FLONA do Purus	Federal	AM	1988	256.000	-	0,95	-	-	-	-	-	Consultivo - 2010	Plano de manejo - 2009	0; 3	-
FLORSU Tucano	Estadual	RO	1996	660	-	24,86	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
FLORSU do Rio Madeira (C)	Estadual	RO	1990	30.000	-	1,47	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
PARNA Nascentes do Lago Jari	Federal	AM	2008	812.141	-	0,15	-	-	-	-	-	Consultivo - 2012	-	0; 2	Fase II, III
PARNA do Araguaia	Federal	TO	1959	557.714	-	1,95	0,17	-	-	-	-	Consultivo - 2011	Plano de manejo - 2004	s.i.	-
PES Chandless	Estadual	AC	2004	695.303	-	0,05	-	-	-	-	-	Consultivo - 2009	Plano de manejo - 2011	s.i.	Fase I, II e III
PES Charapucu	Estadual	PA	2010	65.181	-	0,01	-	-	-	-	-	Consultivo - 2013	-	s.i.	-
PES Quineira	Estadual	MT	2006	31	-	51,16	22,05	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
PES Sumaúma	Estadual	AM	2003	53	-	100,00	-	-	-	-	-	Consultivo - 2007	Plano de gestão - 2009	s.i.	-
PES da Serra Azul	Estadual	MT	1994	11.002	-	-	1,49	-	-	-	-	Consultivo - 1994	Plano de manejo - 2003	s.i.	-
PES do Guirá	Estadual	MT	2002	100.000	-	-	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2014	-	s.i.	-
PES do Rio Negro Setor Norte	Estadual	AM	1995	146.028	-	0,49	-	-	-	-	-	Consultivo - 2008	Plano de gestão - 2009	s.i.	Fase I, II e III
PES do Xingu	Estadual	MT	2001	95.024	-	-	-	Sim	-	-	-	Consultivo - 2007	-	s.i.	Fase I, II e III
RDS Amanã	Estadual	AM	1998	2.350.000	-	0,45	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	Fase II, III
RDS Bararati	Estadual	AM	2005	113.606	-	0,28	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	Fase I, II e III
RDS Piagaçu-Purus	Estadual	AM	2003	1.008.167	-	0,33	-	-	-	-	-	Deliberativo - 2009	-	s.i.	Fase I, II e III
RDS de Itatupã-Baquiá	Federal	PA	2005	64.735	-	0,10	-	-	-	-	-	Deliberativo - 2009	Plano de utilização - 2012	0; 1	Fase I, II e III
RDS de Uacari	Estadual	AM	2005	632.949	-	0,79	-	-	-	-	-	Deliberativo - 2008	Plano de gestão - 2008	s.i.	Fase I, II e III
RDS do Matupiri	Estadual	AM	2009	179.083	-	0,01	-	-	-	-	-	-	Plano de gestão - 2014	s.i.	-
RDS do Rio Madeira	Estadual	AM	2006	283.117	-	4,74	-	-	-	-	-	Deliberativo - 2010	Plano de gestão - 2014	s.i.	Fase II, III
REBIO do Abufari	Federal	AM	1982	288.000	-	0,22	-	-	-	-	-	Consultivo - 2011	-	0; 2	Fase III
REBIO do Culuene	Estadual	MT	1989	3.900	-	-	67,79	-	-	-	-	Consultivo - 2014	-	s.i.	-
REBIO do Lago de Piratuba	Federal	AP	1980	357.000	-	1,54	-	-	-	-	-	Consultivo - 2002	-	1; 2	Fase I, II e III
REBIO do Traçadal	Estadual	RO	1990	22.540	-	0,07	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
RESEC Apiacás	Estadual	MT	1992	100.000	-	0,20	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
RESEX Alto Juruá	Federal	AC	1990	506.186	-	3,01	-	-	-	-	-	Deliberativo - 2011	-	1; 1	-
RESEX Arapixi	Federal	AM	2006	133.637	-	2,06	-	-	-	-	-	Deliberativo - 2009	Plano de manejo - 2010	0; 1	Fase I, II e III
RESEX Auatí-Paraná	Federal	AM	2001	146.950	-	1,19	-	-	-	-	-	Deliberativo - 2008	Plano de manejo - 2012	0; 3	Fase I, II e III
RESEX Barreiro das Antas	Federal	RO	2001	107.234	-	0,06	-	-	-	-	-	Deliberativo - 2008	Plano de manejo - 2015	0; 1	Fase I, II e III
RESEX Canutama	Estadual	AM	2009	197.986	-	0,59	-	-	-	-	-	-	Plano de gestão - 2014	s.i.	Fase II, III
RESEX Catuá-Ipixuna	Estadual	AM	2003	217.486	-	6,42	-	-	-	-	-	Deliberativo - 2008	Plano de gestão - 2010	s.i.	Fase I, II e III
RESEX Mapuá	Federal	PA	2005	94.464	-	3,24	-	-	-	-	-	Deliberativo - 2008	-	0; 1	Fase I, II e III
RESEX Marinha Cuinarana	Federal	PA	2014	11.037	-	12,91	-	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
RESEX Marinha Mestre Lucindo	Federal	PA	2014	26.465	-	9,70	-	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
RESEX Marinha Mocapajuba	Federal	PA	2014	21.029	-	12,98	-	Sim	-	-	-	-	-	s.i.	-
RESEX Massaranduba	Estadual	RO	1995	5.566	-	18,22	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
RESEX Pedras Negras	Estadual	RO	1995	124.409	-	0,34	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
RESEX Rio Cautário (Estadual)	Estadual	RO	1995	146.400	0,92	2,04	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	Fase II, III
RESEX Terra Grande-Pracuúba	Federal	PA	2006	194.695	-	3,41	-	-	-	-	-	Deliberativo - 2012	-	0; 1	Fase I, II e III
RESEX do Baixo Juruá	Federal	AM	2001	187.982	-	1,62	-	-	-	-	-	Deliberativo - 2008	Plano de manejo - 2009	0; 3	Fase I, II e III
RESEX do Guariba	Estadual	AM	2005	150.465	-	0,08	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	Fase I, II e III
RESEX do Lago do Capanã Grande	Federal	AM	2004	304.146	-	1,75	-	-	-	-	-	Deliberativo - 2007	Plano de manejo - 2013	0; 2	Fase I, II e III
RESEX do Médio Juruá	Federal	AM	1997	286.933	-	1,24	-	-	-	-	-	Deliberativo - 2007	Plano de manejo - 2012	0; 6	Fase II, III
RESEX do Rio Gregório	Estadual	AM	2007	308.859	-	0,77	-	-	-	-	-	Deliberativo - 2009	-	s.i.	Fase I, II e III
RESEX do Rio Jutaí	Federal	AM	2002	275.533	-	0,72	-	-	-	-	-	Deliberativo - 2006	Plano de manejo - 2012	0; 2	Fase I, II e III
Classe 0															
ARIE Javari-Buriti	Federal	AM	1985	15.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
ESEC de Taiamã	Federal	MT	1981	11.200	-	-	-	-	-	-	-	Consultivo - 2004	-	s.i.	-
ESEC do Rio Acre	Federal	AC	1981	77.500	-	-	-	-	-	-	-	Consultivo - 2008	Plano de manejo - 2010	0; 2	Fase II, III
ESEC do Rio Madeirinha	Estadual	MT	1997	13.683	-	-	-	-	-	-	-	Consultivo - 2014	-	s.i.	-
MONAT Morro de Santo Antônio	Estadual	MT	2006	258	-	-	-	-	-	-	-	Consultivo - 2010	-	s.i.	-
PARNA do Pantanal Mato-Grossense	Federal	MT	1981	135.000	-	-	-	-	-	-	-	Consultivo - 2008	Plano de manejo - 2004	s.i.	-
PES Marinho do Parcel de Manuel Luís	Estadual	MA	1991	45.237	-	-	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-
REBIO do Parazinho	Estadual	AP	1985	111	-	-	-	-	-	-	-	-	-	s.i.	-

* Criadas pela Lei Estadual Complementar nº 581/2010, a diferenciação de seus limites segue pendente.
** (Área administrativa; área especializada). A distinção entre os cargos de teor técnico e analista foram suprimidas, optando-se por evidenciar a área 'administrativa' e 'especializada', neste último caso, composta por técnicos e analistas ambientais e comissionados. Não foram consideradas as situações funcionais 'estagiário e 'contrato temporário'. Fonte: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), situação em dezembro/2014 (obtido através do Sistema de Informação ao Cidadão - Protocolo 02680000424201582).
*** Fonte: Programa Áreas Protegidas da Amazônia/MMA. (ARPA), maio/2015 (http://programaarpa.gov.br/pt/).
s.i.: sem informação

Cite-se: verso do mapa Unidades de Conservação na Amazônia Brasileira: Ameaças e Pressões 2015, Instituto Socioambiental, 2015

Instituto Socioambiental

Programa Monitoramento de Áreas Protegidas / Instituto Socioambiental

Equipe responsável: Alana Almeida de Souza, Silvia de Melo Futada, Marina Spindel e Luana Lopes de Lucca

Equipe: Fany Ricardo, Alicia Rolla, Rosimeire Rurico Sacó, Cícero Cardoso Augusto, João Ricardo Rampinelli Alves, Silvia de Melo Futada, Marina Spindel, Luana Lopes de Lucca e Alana Almeida de Souza

Editoração eletrônica do verso do mapa: Vera Feitosa / Duo Editoração

Impressão: Maistype

Tiragem: 1.000 exemplares

Setembro/2015